RELATÓRIO DE GESTÃO

AMAERJ

2020-2021

Eleita em 25 de novembro de 2019, com 484 votos, a chapa "+Unidos+Fortes" tomou posse em 7 de fevereiro de 2020 para dirigir a AMAERJ no biênio 2020-2021. Mas o trabalho da nova diretoria em defesa da Magistratura começara antes.

Logo no feriado de 20 de janeiro, Dia de São Sebastião, ainda como presidente eleito, o juiz Felipe Gonçalves se reuniu com o então vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, que acabara de assumir o plantão judiciário. O tema do encontro foi a figura do juiz das garantias, criada pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019).

A primeira ação da diretoria mostrou como seria a gestão, firme e ágil para defender a classe. Mesmo em um período tão atípico, por causa da pandemia de Covid-19, a AMAERJ trabalhou ativamente no Rio e em Brasília, nos dois anos, para preservar as prerrogativas da Magistratura e fortalecer o Poder Judiciário.

A atuação da entidade fluminense garantiu importantes vitórias para a Magistratura. Confira as principais ações da gestão.

JUIZ DAS GARANTIAS

Um grupo de trabalho da AMAERJ analisou, ponto a ponto, a figura do juiz das garantias e debateu as mudanças necessárias na legislação. Muitos dos argumentos do grupo foram levados pelo presidente Felipe Gonçalves ao ministro Fux, em reunião que contou com a presença do juiz Ricardo Alberto Pereira, então presidente interino da Associação. À ocasião, a juíza Renata Gil, líder da AMAERJ de 2016 a 2019, já havia assumido a presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

A AMAERJ foi a primeira associação de classe a ter dirigentes recebidos por Fux, relator de quatro pedidos de suspensão da medida. Os representantes da entidade fluminense mostraram a preocupação dos magistrados com a criação do juiz das garantias da forma proposta e ressaltaram os efeitos nocivos da legislação, que seria implantada sem um prévio debate aprofundado com os agentes do Sistema de Justiça.

Dois dias após o encontro com os presidentes eleito e interino da AMAERJ, Fux suspendeu o projeto do juiz das garantias por tempo indeterminado.

GRATIFICAÇÃO DE MAGISTRADOS

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) reconheceu, em fevereiro de 2020, importante direito dos magistrados. Requerida pela AMAERJ, a gratificação por exercício em Turma Recursal foi estendida.

A resolução do TJ contemplou os juízes que atuam em Turmas Recursais Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública e os juízes coordenadores. Os magistrados passaram a receber a diferença de remuneração para o cargo de desembargador. O juiz coordenador das Turmas Recursais fez jus à verba indenizatória prevista na Lei Estadual nº 5.535/09. De acordo com a regra, o magistrado suplente recebe os valores nos períodos de férias e licenças dos integrantes das Turmas Recursais.

EXCESSO DE TRABALHO

O presidente Felipe Gonçalves encaminhou ao TJ-RJ, em março de 2020, requerimento sobre o aumento excessivo de trabalho dos magistrados de plantão durante a pandemia. Em atendimento à solicitação da AMAERJ, o Tribunal restaurou a distribuição de processos à segunda instância e determinou que o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) ficasse restrito a medidas relativas aos processos físicos.

FLEXIBILIZAÇÃO DA MEDIANA

A AMAERJ conseguiu que os critérios de produtividade mínima para fins de cumulação fossem flexibilizados pelo Tribunal de Justiça. A COMAQ (Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais) deferiu requerimentos da Associação para ajustar a mediana.

A flexibilização foi necessária em razão das limitações de trabalho impostas pela pandemia, como a suspensão de audiências e prazos e a implantação do home office. A AMAERJ identificou as competências em que a produtividade estaria prejudicada, seja, como exemplo, por ter grande parte do acervo em formato físico ou pela necessidade de realização das audiências. A pedido da Associação, o ajuste foi prorrogado mês a mês pelo TJ-RJ.

LICENÇA-PRÊMIO E ESPECIAL

O presidente do TJ-RJ, Henrique Figueira, reconsiderou a decisão que suspendia a contagem do tempo de serviço para licença-prêmio e especial. O restabelecimento do cômputo foi defendido pela AMAERJ em requerimento apresentado ao TJ-RJ em julho de 2020.

A contagem do tempo de serviço para aquisição de licença especial havia sido suspensa até o fim de 2021 após a Lei Complementar 173/2020. No entanto, Figueira determinou a continuidade da contagem do tempo de serviço no período de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021.

CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO

Logo no início da gestão, em março de 2020, a AMAERJ apresentou requerimento ao TJ-RJ sobre a criação de condições especiais de trabalho a magistrados com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nestas condições. A Associação pediu ao tribunal a publicação de ato normativo que instituísse iguais direitos a esses magistrados.

Seis meses depois, em vitória histórica da Magistratura, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a Resolução 343/20, que criou as condições especiais de trabalho. A proposta foi apresentada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e defendida pela AMAERJ. A juíza Adriana Laia Franco, diretora do Departamento de Acessibilidade e Inclusão da AMAERJ, integrou o Grupo de Trabalho do CNJ sobre o assunto.

Em agosto de 2021, o TJ-RJ publicou resolução para instituir as condições especiais de trabalho, como jornada em regime de teletrabalho, exercício de funções fora da Comarca, auxílio à unidade judicial e concessão de jornada especial.

ELEVAÇÃO DE COMARCAS

As Comarcas de Barra Mansa e Resende (Sul Fluminense) foram elevadas à Entrância Especial. Defendida pela AMAERJ, a nova lei foi publicada em dezembro de 2021, após a aprovação pela Assembleia Legislativa e a sanção pelo governo do Estado. O presidente Felipe Gonçalves acompanhou a entrega do projeto à Alerj pelo TJ-RJ e ressaltou para os deputados a importância do pleito.

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA

Após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3807, a Associação de Delegados de Polícia do Brasil (Adepol Brasil) e a Federação Nacional dos Delegados de Polícia Civil (Fendepol) emitiram notas, em julho de 2020, sustentando que seria atribuição judicial a lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) em caso de flagrante de uso ou posse de entorpecentes para consumo próprio.

Para esclarecer a questão, o presidente Felipe Gonçalves e o secretário-geral da Associação, Richard Robert Fairclough, se reuniram com o então secretário de Polícia Civil do Estado do Rio, Flávio Marcos Brito. Os magistrados defenderam que o TCO fosse lavrado por autoridade policial. O secretário concordou com a posição da AMAERJ e não alterou a orientação da Polícia Civil acerca da questão.

ATOS PROCESSUAIS HÍBRIDOS

Em atenção a pedido da AMAERJ, o então presidente do TJ-RJ, Claudio Mello, providenciou modificações no Aviso 92/2020, que normatizou a realização de atos processuais híbridos. O aviso fixava o prazo de até 24 horas antes da audiência para o Ministério Público, a Defensoria e os advogados protocolarem sua realização de maneira híbrida (remota e presencial, simultaneamente).

Com a alteração solicitada pela AMAERJ, o prazo passou a ser de cinco dias antes da data da audiência. O TJ atendeu, ainda, a um segundo pedido da Associação, para que o requerimento de audiência híbrida fosse previamente justificado pelas partes.

PJe NOS JUIZADOS

A pedido da Associação,a presidência do TJ-RJ suspendeu, em novembro de 2020, a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nos Juizados Especiais Cíveis (JECs). Conforme relatos dos magistrados, a introdução do PJe trouxe extrema dificuldade para a realização dos trabalhos nos JECs.

A AMAERJ solicitou a suspensão do sistema até que os problemas fossem solucionados. No texto, a Associação enumerou as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos magistrados à época. O cronograma de implantação do PJe foi retomado nove meses depois.

CHAMADA DE ESTAGIÁRIOS

Em atendimento à AMAERJ, o Tribunal de Justiça retomou, em agosto de 2020, a chamada de estagiários. Por motivo de contenção de despesas, os contratos de estágio foram suspensos dois meses antes. Em consequência, diversos juízos do Estado ficaram sem estagiário. Após o requerimento da Associação, houve o preenchimento de aproximadamente 800 vagas de estágio, de forma gradual e escalonada.

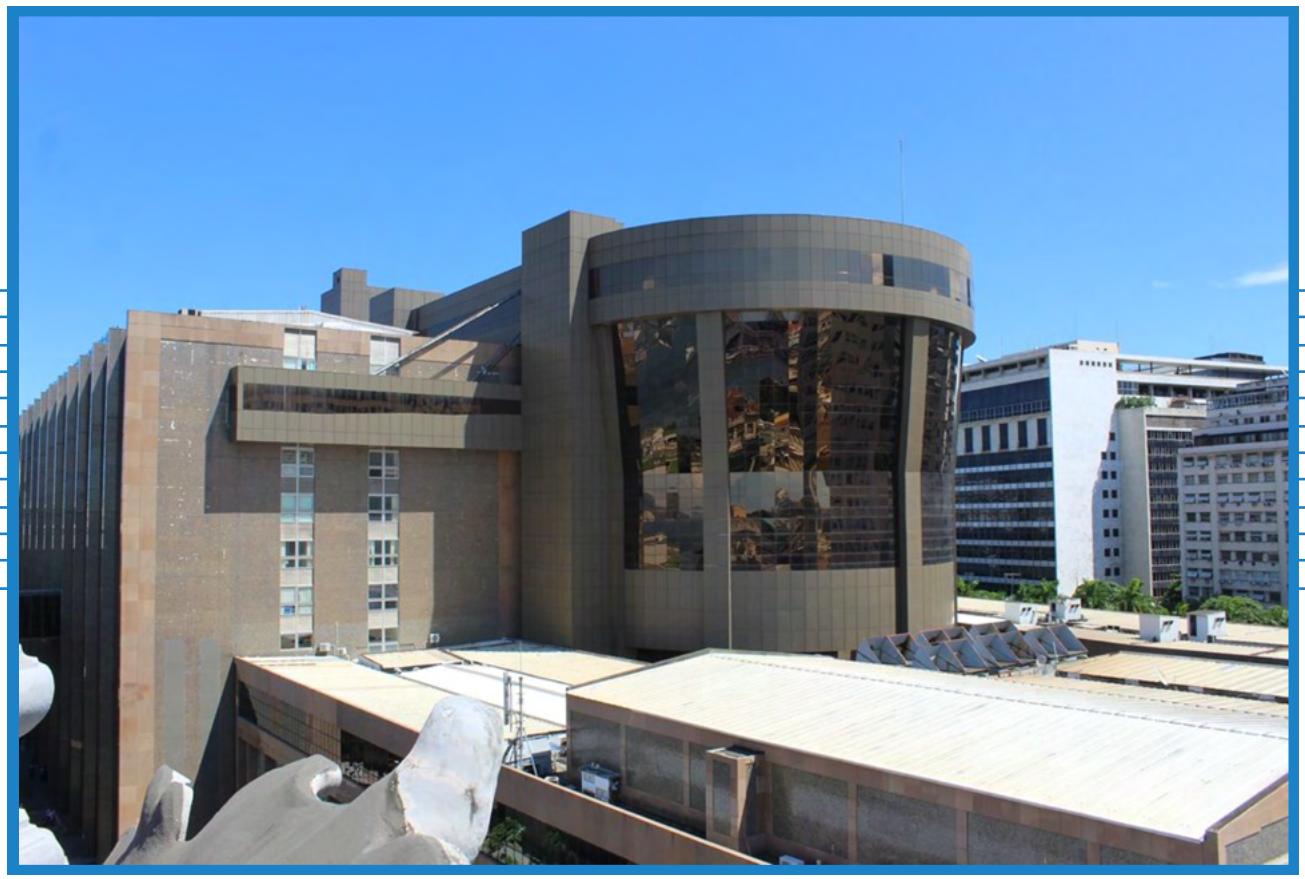
INCONSTITUCIONALIDADE DE LEIS

O Órgão Especial do TJ-RJ julgou procedente, em junho de 2021, a representação de inconstitucionalidade ajuizada pela AMAERJ contra a Lei Estadual nº 8.939/2020, por vício de iniciativa e ofensa ao princípio da separação dos Poderes. De autoria da Assembleia Legislativa e sancionada pelo governo do Estado, a lei disciplinava o regime de atendimento telepresencial do Judiciário fluminense durante a pandemia, com regras e instruções a serem seguidas pelos magistrados e servidores do TJ.

A AMAERJ defendeu que o Judiciário, Poder independente e autônomo, é livre para regulamentar e tomar providências referentes à sua estrutura e ao seu funcionamento, não sendo necessária autorização do Executivo ou do Legislativo para tanto. O Órgão Especial acolheu os argumentos da AMAERJ de que a lei violava artigos da Constituição Estadual ao usurpar a competência privativa do Judiciário.

A Associação apresentou ao TJ-RJ, em novembro de 2020, representação de inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, contra a Lei Estadual nº 9.020. A norma determinou a suspensão do cumprimento de mandados de reintegração de posse, imissão na posse, despejos e remoções judiciais ou extrajudiciais, durante a pandemia. Para a AMAERJ, a lei era flagrantemente inconstitucional. O desembargador Ferdinaldo do Nascimento, da 19ª Câmara Cível, suspendeu a lei liminarmente. Mais tarde, o STF restabeleceu os efeitos da lei.

REQUERIMENTOS



Além dos requerimentos deferidos citados anteriormente, a AMAERJ apresentou mais pedidos em defesa dos magistrados. Em janeiro de 2020, o governo do Estado do Rio de Janeiro regulamentou o pagamento da antecipação de 50% do 13º salário dos servidores públicos ativos, inativos e militares do Executivo. Para atender ao princípio da isonomia entre os servidores dos Poderes, a AMAERJ pleiteou ao TJ-RJ a regulamentação também no Judiciário para magistrados e servidores do tribunal.

Em fevereiro, a AMAERJ solicitou providências ao TJ para solucionar a lentidão no sistema DCP (Distribuição e Controle de Processos). No mês seguinte, por causa da pandemia, a AMAERJ enviou ofício à Corregedoria Nacional de Justiça sobre a realização de audiências concentradas. A Associação pediu que ficasse a cargo dos magistrados da área da Infância e Juventude a decisão de realizar ou não as audiências, de acordo com cada realidade local.

Em abril, a AMAERJ requereu à presidência do TJ e à Corregedoria Geral da Justiça a extinção da escala estabelecida para o Plantão Extraordinário. A Associação solicitou a permanência de cada juízo com sua competência original, durante os dias úteis, para a apreciação das medidas de urgência.

Em requerimento apresentado em junho, a AMAERJ pediu que o Tribunal de Justiça instituísse mecanismos de incentivo à participação feminina no Judiciário. A Associação solicitou a criação de grupo de trabalho para debater o tema. O pedido da AMAERJ relacionava-se à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, estabelecida em 2018 pelo CNJ.

Ainda em junho, a AMAERJ sugeriu ao TJ-RJ a criação do "Tempo de Aprender", projeto para a reeducação de agressores de mulheres. O objetivo era implementar política pública efetiva para atender a Lei nº 13.984/20, que permite ao juiz determinar que o agressor receba acompanhamento psicossocial e frequente programas de recuperação e reeducação.

Em setembro, a AMAERJ solicitou ao Tribunal a autorização, alternativamente à renúncia indenizada de férias, da renúncia indenizada de licença especial pelos magistrados.

Também em setembro, a Associação requereu ao TJ-RJ que o expediente forense nas Comarcas dos municípios da Baixada Fluminense (Região Metropolitana) ocorresse no período entre 9h e 16h ou das 10h às 17h. O pedido de alteração do horário de funcionamento dos fóruns teve por objetivo a segurança dos magistrados e servidores. O pleito foi reforçado depois de o CNJ decidir que os Tribunais de Justiça têm autonomia para fixar o horário de expediente nas unidades judiciais.

No fim daquele mês, a AMAERJ pediu ao TJ-RJ a aplicação das determinações da Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2016 quanto à designação de juízes para o Grupo de Mutirão de Audiências, com o fim específico de atuação nos Juizados Especiais da Fazenda Pública. No ofício, a Associação solicitou a publicação de edital para que os juízes interessados pudessem se inscrever.

A AMAERJ requereu à presidência do TJ, em outubro, que a vaga de 4º secretário nos gabinetes dos juízos da 1ª instância pudesse ser ocupada por funcionário extraquadro indicado pelo juiz titular em exercício, conforme normatiza o artigo 37 da Constituição Federal. A Associação reivindicou "a adoção de medidas concretas e oportunas" para que o juiz de 1º grau tenha uma estrutura de apoio eficiente na rotina das tarefas realizadas.

No mesmo mês, a AMAERJ solicitou que a Corte publicasse editais de promoção da Entrância Comum para a Especial e de remoção para os juízes de Entrância Especial e Comum. A Associação ressaltou que não havia novo edital para remoção na Entrância Comum há quase três anos e que, desde novembro de 2019, não acontecia a abertura de inscrições de promoção da Entrância Comum para a Especial e de remoção na Entrância Especial.

No início de 2021, a AMAERJ pediu ao TJ e à Corregedoria a indicação de juízes de 1º grau como membros efetivos das bancas examinadoras nos concursos para ingresso na Magistratura. A entidade também solicitou a indicação de juízes para os concursos de notário e cargos de funcionamento regulares da CGJ.

A Associação apresentou ao Tribunal, em maio, sugestões para o projeto de resolução do Grupo de Sentença. Três meses depois, o Órgão Especial aprovou a proposta, com o aumento do número de participantes do Grupo de 60 para 70 magistrados. A ampliação teve o apoio da AMAERJ.

Em julho, a Associação solicitou à presidência do TJ a implantação do Programa de Residência Jurídica vinculado à Escola de Administração Judiciária (Esaj), com o objetivo de reforçar em quantidade e qualidade a atividade jurisdicional. No fim do ano, o CNJ autorizou os tribunais a instituir programas de residência jurídica.

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

Em razão de ato normativo do TJ-RJ sobre o plantão das audiências de custódia, juízes de Campos dos Goytacazes, Volta Redonda e cidades vizinhas procuraram a AMAERJ, em fevereiro de 2020, para manifestar preocupação quanto à medida. De imediato, a Associação providenciou reunião com representantes da administração do Tribunal e cerca de 25 juízes.

Em seguida, a AMAERJ propôs ao Tribunal quatro mudanças no plantão de custódia. Como ato de urgência, a entidade solicitou autorização para que os juízes designados indicassem substituto, mediante concordância prévia deste, sem a necessidade de permuta.

Foi requerida ao TJ a publicação de edital para que os juízes das regiões abrangidas pelas Centrais de Audiências de Custódia (CEACs) de Campos e Volta Redonda se revezassem, voluntariamente, entre si e por determinado período de tempo, no exercício da função. Como alternativa, a Associação propôs a designação de juízes regionais em sistema de revezamento, com intervalo razoável de descanso e compensação pecuniária, a exemplo do que é adotado na CEAC de Benfica.

A AMAERJ pediu, ainda, a transferência para as dependências dos fóruns das audiências de custódia realizadas nas CEACs de Campos e Volta Redonda durante o plantão.

Em novembro de 2020, o plenário do CNJ permitiu a realização de audiências de custódia por videoconferência durante a pandemia. As associações de magistrados defenderam a autorização do uso da tecnologia nas audiências. O presidente da AMAERJ, Felipe Gonçalves, acompanhou a sessão do CNJ, em Brasília.

O TJ-RJ decidiu, em agosto de 2021, que o juiz escalado para o plantão na CEAC não precisaria mais ser acompanhado por servidores do cartório. Com o ato normativo, a lotação de profissionais nas Centrais de Volta Redonda e Campos dispensou a atuação destes servidores.

A AMAERJ havia pedido ao corregedor-geral de Justiça, Ricardo Rodrigues Cardozo, seis meses antes, a atuação exclusiva de profissionais nas CEACs, a exemplo do que já ocorria na Central de Benfica.

REGIONAIS

Em cumprimento à proposta de campanha de dar permanente atenção ao interior, o presidente Felipe Gonçalves reativou o Conselho de Representantes da AMAERJ. O grupo é integrado por 22 juízes (dois representantes de cada Regional da entidade). A retomada do Conselho, inativo havia anos, foi proposta por Gonçalves aos diretores-presidentes das 11 Regionais.

Muitos requerimentos protocolados pela AMAERJ no TJ-RJ tiveram origem no Conselho de Representantes. O contato entre os integrantes foi direto e constante, com deliberações acertadas por meios eletrônicos. No biênio, os magistrados definiram estratégias de atuação em questões como horário de expediente forense, flexibilização da mediana, plantão de custódia, mutirão fazendário, editais de promoção e remoção, 4º secretário e chamada de estagiários.

Ao longo da gestão, Felipe Gonçalves se reuniu com os juízes em Niterói, Teresópolis, Petrópolis, Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Itatiaia, Volta Redonda, Macaé e São Pedro da Aldeia. Nos encontros, foram debatidas as pautas e prerrogativas da Magistratura do Estado, as reivindicações da região, as ações da entidade e as conquistas associativas.

Em outubro de 2021, a Regional de Niterói homenageou o presidente do TJ-RJ, Henrique Figueira, e o corregedor-geral da Justiça, Ricardo Cardozo. "É um orgulho muito grande ser membro da AMAERJ. É uma associação de altíssima qualidade", disse Figueira. No encontro, que reuniu cerca de 40 magistrados, houve a inauguração do retrato da juíza Beatriz Prestes Pantoja, ex-presidente da Regional.

No Fórum da Comarca de Barra do Piraí (município no Vale do Paraíba, Região Sul Fluminense), em dezembro, foi inaugurada a sala de convivência para magistrados. Com apoio da AMAERJ, o espaço tem o objetivo de propiciar o bem-estar no ambiente de trabalho, a integração das equipes e o aumento do desempenho laboral.

A Confraternização de Fim de Ano em Niterói reuniu cerca de 30 magistrados e familiares. O evento contou com apresentação musical da banda Bloody Mary, que animou a festa com músicas de grupos nacionais e internacionais de pop e rock.

DEFESA DOS MAGISTRADOS

Em dois anos, a AMAERJ defendeu mais de 60 magistrados em processos judiciais e administrativos, além de notificações extrajudiciais. Por meio de três escritórios de advocacia contratados, os associados foram assistidos em ao menos cem ações no TJ-RJ, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no STF e no CNJ.

A Associação encaminhou à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro duas representações contra defensores que ofenderam a honra de magistrados. Por meio de notificações extrajudiciais, a entidade também atuou pela retirada de várias postagens em redes sociais que atentavam contra a dignidade de magistrados.

A Associação divulgou cerca de 30 notas públicas de esclarecimentos de juízes e desembargadores do Rio de Janeiro, em defesa da Magistratura e da autonomia do Judiciário.

A participação da AMAERJ em comissões e comitês do TJ-RJ também representa importante atuação em defesa dos magistrados. A Associação participou ativamente das reuniões dos grupos em que têm assento: Comissões de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ), Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais (COJES), de Gestão Estratégica e Planejamento (COGEP), de Segurança Institucional (COSEG), de Apoio aos Magistrados Aposentados e Pensionistas (COMAP) e de Políticas Institucionais para Integração da Gestão Estratégica, Financeira e Orçamentária (COPAE).

Os representantes da AMAERJ atuaram, ainda, nos Comitês de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), Gestor de Segurança da Informação (CGSI), Gestor Regional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP) e Interinstitucional do Processo Judicial eletrônico (PJe); na Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com Competência em Dívida Ativa (CODIV); e no Conselho Deliberativo do Programa de Assistência à Saúde do Tribunal (TJRJ-MED).

A Associação integra, também, comitês externos, como o conselho do Rioprevidência (Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro) e o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas do Rio de Janeiro.

PROTEÇÃO DE DADOS

Entrou em vigor em setembro de 2020 a Lei Geral de Proteção de Dados, a LGPD (nº 13.709/2018), que regulamentou a coleta, o armazenamento e a manipulação de dados pessoais. A AMAERJ iniciou naquele mês o processo de adaptação à lei, que tem por objetivo garantir mais transparência em empresas privadas e públicas sobre a privacidade e a segurança das informações de associados, clientes e funcionários.

A fim de se adequar às novas regras, foram adaptados processos internos para armazenar as informações sigilosas da AMAERJ e dos associados com mais segurança e eficiência.

De maio a agosto de 2021, a Associação realizou o recadastramento dos associados, feito pela internet. Mais de mil magistrados e pensionistas atualizaram seus dados cadastrais e responderam se autorizavam o compartilhamento de informações pessoais, como data de aniversário e contato.

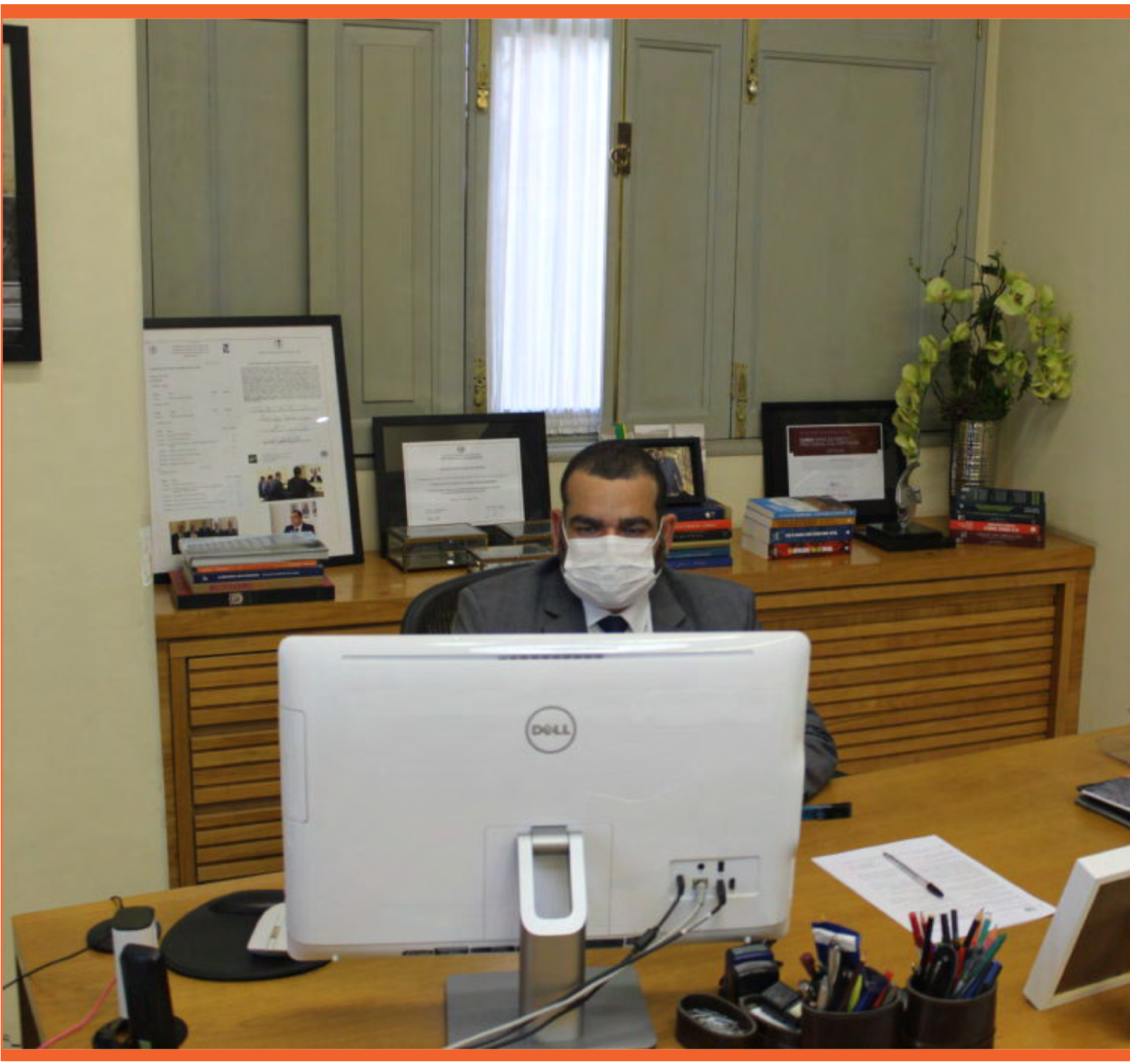
PANDEMIA DE COVID-19

O ano de 2020 ficou marcado pelo início da pandemia do coronavírus. Sentidos em todo o mundo, os efeitos da Covid-19 alteraram o modo de trabalho do Judiciário brasileiro. No Rio, tudo começou em 12 de março, quando o Tribunal decidiu suspender no Estado inteiro as audiências, as sessões e os prazos processuais. O Plantão Extraordinário foi implantado. Magistrados e servidores passaram a trabalhar remotamente.

Assim como os magistrados, a AMAERJ não parou durante a pandemia. Desde o início da crise na saúde, a Associação participou de reuniões no Tribunal e informou rapidamente aos associados sobre atos normativos e provimentos. A partir de contato com a presidência do TJ e a Corregedoria, a AMAERJ esclareceu aos magistrados dúvidas sobre as novas normas, como a restrição aos gabinetes, o home office após a implementação do RDAU eletrônico e a situação dos servidores sem acesso ao sistema SAR (Serviço de Aplicações Remotas).

A AMAERJ criou pasta compartilhada no OneDrive, serviço de armazenamento em nuvem, com o objetivo de facilitar a busca dos magistrados pelos atos do TJ e da CGJ, requerimentos da Associação e decisões judiciais relacionadas ao setor de saúde.

Em mensagem da diretoria emitida em 16 de março de 2020, a AMAERJ conclamou os associados a seguir de modo rigoroso as recomendações dos profissionais de saúde em relação à pandemia.



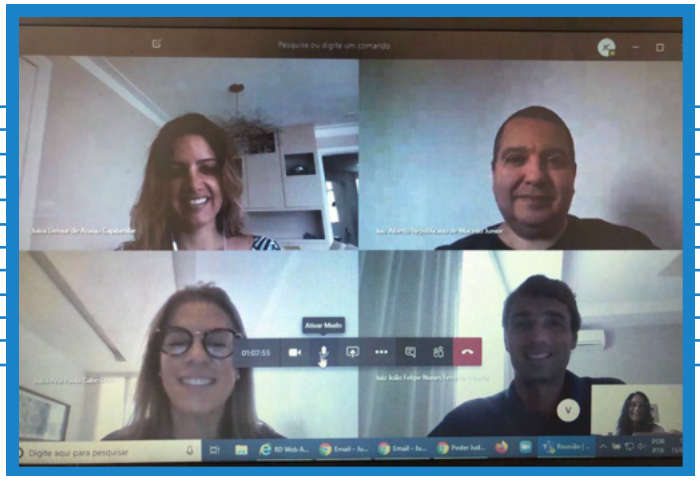
Como parte dos procedimentos adotados em contribuição ao esforço nacional de combate à expansão do vírus, a AMAERJ fechou suas sedes. Os funcionários passaram a trabalhar remotamente para atender aos associados por meios eletrônicos. As reuniões da diretoria e dos conselhos da entidade passaram a ser realizadas por videoconferência.

A JUSTIÇA NÃO PARA

Apesar da nova realidade provocada pela Covid-19, a Justiça não parou. Mesmo em home office, o trabalho dos magistrados e servidores não diminuiu. Muito pelo contrário. O Tribunal do Rio bateu sucessivos recordes de produtividade durante a pandemia. Os dados de produtividade foram divulgados com destaque pela AMAERJ.

A dedicação dos juízes e desembargadores foi ressaltada em vídeo produzido pela AMAERJ. No filme, 11 magistrados explicaram, de modo claro e sucinto, que a Justiça permaneceu ativa, a serviço da população, por meio eletrônico. “Conte conosco. A Justiça não para”, destacaram os magistrados na gravação. Em vídeo filmado em frente ao Plantão Judiciário do TJ, o presidente Felipe Gonçalves enfatizou que juízes e servidores continuaram à disposição da sociedade fluminense.

Sessões e audiências realizadas por videoconferência, de forma pioneira, também foram divulgadas no site, nos boletins e nas redes sociais da AMAERJ.



MANUTENÇÃO DAS AUDIÊNCIAS VIRTUAIS

A AMAERJ defendeu a legalidade da audiência virtual perante o Conselho Nacional de Justiça. Em importante vitória, em junho de 2020, o CNJ negou, por unanimidade, o pedido da Defensoria Pública de suspensão das audiências virtuais e por videoconferência no TJ-RJ.

A AMAERJ atuou como *amicus curiae* no Procedimento de Controle Administrativo. A relatora, conselheira Ivana Farina Navarrete Pena, destacou os argumentos da Associação.

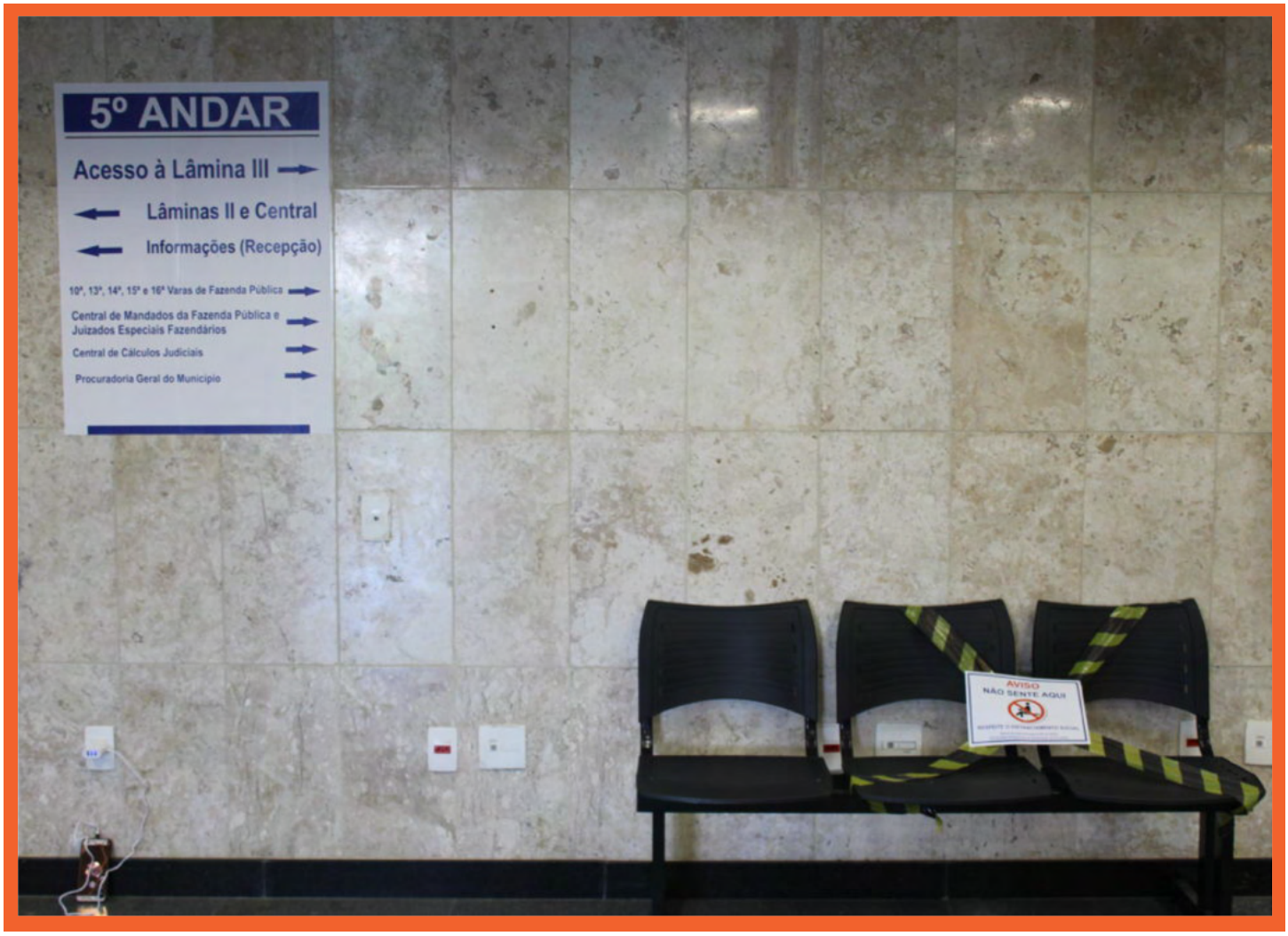
"Afirma a AMAERJ, em síntese, que 'as audiências não são apenas legais, mas necessárias para garantir os princípios constitucionais da eficiência, da duração razoável do processo e da prestação jurisdicional na situação emergencial de pandemia'. A previsão do uso da videoconferência na oitiva informal foi também sustentada pela AMAERJ, 'seja pela aplicação subsidiária, seja pela aplicação analógica das regras do Código de Processo Penal – quando essa for a única maneira viável de garantir a proteção integral do jovem'."

Para os conselheiros, as audiências estão em conformidade com o regramento editado pelo CNJ para o período da pandemia do coronavírus. Ivana Farina ressaltou que a Justiça do Rio "buscou adequar sua atuação jurisdicional inadiável à inesperada realidade decorrente da pandemia".

RETOMADA PRESENCIAL

Com prédios fechados por três meses, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro voltou ao serviço presencial em junho de 2020, gradualmente. A AMAERJ participou da formulação do plano de retomada, com a proposição de 28 medidas de segurança sanitária para o retorno aos fóruns.

As sugestões foram elaboradas pelos associados e pela diretoria. A maioria das recomendações da AMAERJ foi acolhida pelo TJ-RJ, como, por exemplo, controle de acesso, aferição de temperatura corporal, demarcação de distanciamento mínimo, fornecimento de máscaras, álcool em gel e face shields, desinfecção dos ambientes, vistoria pela Diretoria de Engenharia em salas de audiência, limitação do uso dos elevadores, implementação de rodízio dos servidores, manutenção do trabalho remoto para integrantes dos grupos de risco, expediente fora do horário de pico e realização prioritária de audiências e sessões virtuais.



O CNJ negou, por unanimidade, o pedido do SindJustiça-RJ (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro) para suspender o plano de retorno do TJ-RJ. Para os conselheiros, a retomada gradual do trabalho presencial estava em conformidade com a Resolução 322/2020 do órgão nacional. A AMAERJ requereu o ingresso no procedimento como *amicus curiae* contra a anulação do ato.

Junto ao retorno do TJ-RJ, a Sede Administrativa da AMAERJ retomou o serviço presencial. A equipe da Associação passou a comparecer em regime de rodízio. O trabalho remoto foi mantido nos dias em que o funcionário não estivesse na escala presencial.

Em agosto de 2020, a AMAERJ solicitou ao Tribunal de Justiça a antecipação do horário de atendimento ao público durante a pandemia para as 13h. A Associação informou ao TJ-RJ que o antigo horário (14h) prejudicava o início das audiências criminais e o andamento da pauta, em razão da dificuldade que as partes eventualmente tinham na localização das salas de audiência. O requerimento foi atendido pelo Tribunal. O acesso do público passou a ocorrer das 13h às 19h.

ASSOCIAÇÕES JURÍDICAS

Ao longo de toda a gestão, a AMAERJ atuou em parceria com as Associações do Ministério Público (Amperj), dos Defensores Públicos (Adperj) e Procuradores (Aperj) nas pautas comuns. Em reuniões periódicas, os dirigentes discutiram estratégias para defender as classes jurídicas em temas como Reforma da Previdência e Regime de Recuperação Fiscal do Estado (RRF).

O trabalho em conjunto foi fundamental ao êxito na votação do pacote de medidas do governo do Estado para adesão ao novo RRF, que resultou na suavização dos efeitos danosos da proposta.

Além da interlocução com o Legislativo e o Executivo, as entidades promoveram palestras com especialistas para explicar aos associados os impactos dos projetos de lei nas carreiras públicas.

REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL

O permanente trabalho de interlocução da AMAERJ, em parceria com as demais associações jurídicas do Estado, resultou na suavização dos efeitos danosos do pacote de medidas do Executivo fluminense para adesão ao novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF). As cinco propostas, que tratam das Reformas da Previdência e Administrativa, foram aprovadas pela Assembleia Legislativa em outubro de 2021, com importantes alterações em pontos críticos, como regras de transição e pensão por morte.

Várias emendas apresentadas pelas associações foram acolhidas. O texto originalmente apresentado pelo governo propunha, na regra de transição para a aposentadoria dos servidores da ativa, pedágio de 100% sobre o tempo que faltaria para atingir o período mínimo de contribuição. Após a reivindicação da AMAERJ e das demais entidades jurídicas, o pedágio foi reduzido para 20%.

Todas as alterações referentes à pensão por morte foram retiradas dos projetos. O governo buscava mudar o acesso ao benefício, com cota familiar de 50% do valor, acrescidos de mais 10% a cada dependente. Com a exclusão do texto, as regras atuais foram mantidas.

A AMAERJ esteve, desde o início, atenta e atuante na defesa das prerrogativas das carreiras jurídicas do Estado. Em reuniões, o presidente Felipe Gonçalves e diretores da entidade dialogaram com o governador Cláudio Castro (PL), o presidente da Alerj, André Ceciliano (PT), e deputados com o objetivo de mudar trechos das propostas.

A Associação participou de audiências públicas e reuniões de líderes e apresentou emendas aos textos. Em uma das audiências no plenário da Casa, Felipe Gonçalves enfatizou aos deputados considerar absurdo o pedágio de 100% proposto para as regras de transição da Reforma da Previdência.

O trabalho conjunto da Magistratura com o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Procuradoria foi essencial para minimizar os impactos das reformas.

PREVIDÊNCIA

A AMAERJ encomendou anteprojeto de lei que prevê a reabertura do prazo de migração do Rioprevidência (Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro) para a RJPrev (Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro). Apresentado no início de 2020 pela advogada Vanice Valle, especialista em Previdência Social, o texto foi aprovado pela diretoria da Associação.

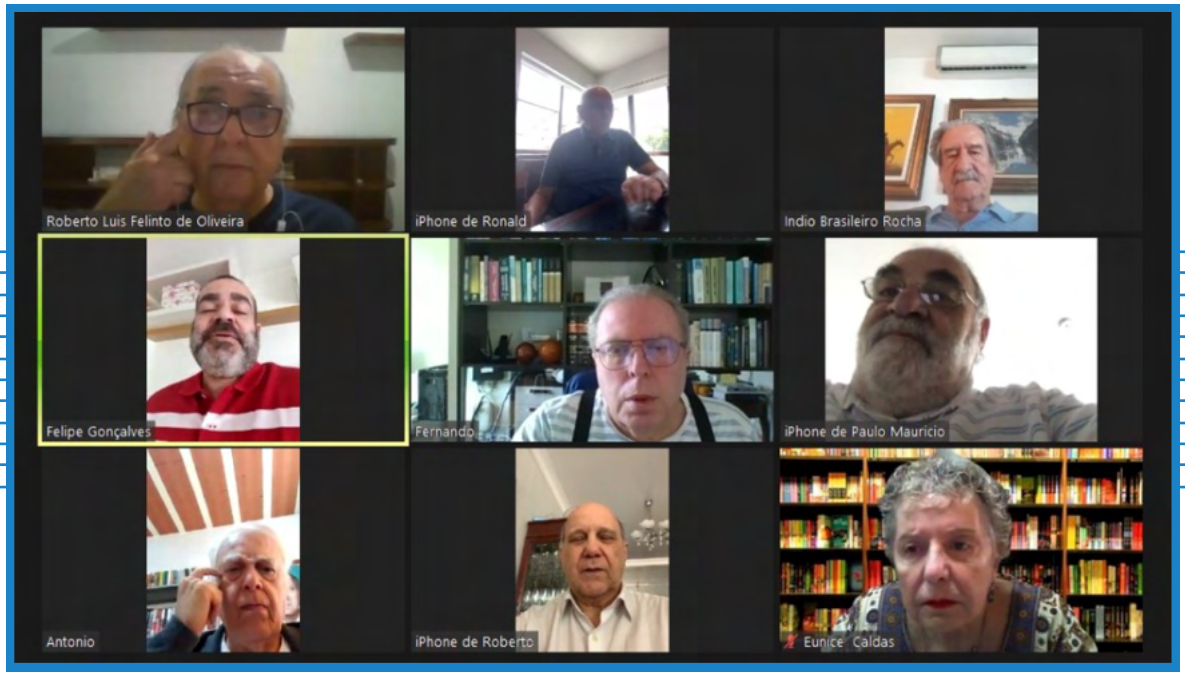
Na reunião, Vanice mostrou a evolução do regime de previdência complementar público, esclareceu as dúvidas dos magistrados e explicou o texto do anteprojeto, que também prevê a instituição de benefício especial no modelo do Funpresp (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal).

Depois, o presidente Felipe Gonçalves entregou ao governador e ao presidente da Alerj o anteprojeto de lei da Associação que pretende reabrir o prazo de migração do Rioprevidência para a RJPrev com benefício especial, modelo adotado pela União.

A proposta também foi apresentada aos dirigentes do Rioprevidência e da RJPrev, além dos presidentes das associações do Sistema de Justiça do Rio. A migração atenderia ao funcionalismo público, impactado pelas mudanças na legislação previdenciária. A Previdência Social sofreu seis alterações desde a Constituição de 1988.

O objetivo da Associação é atender aos magistrados, principalmente os que ingressaram no Tribunal após as emendas constitucionais, que não têm hoje integralidade e paridade.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS



Com o propósito de ter uma gestão integrada e participativa, a AMAERJ desmembrou o Departamento de Aposentados e Pensionistas. O desembargador Roberto Felinto seguiu como diretor do Departamento de Aposentados. O novo Departamento de Pensionistas passou a ser dirigido por Patrícia Khaddour Pinheiro, Alda Guariento Rodrigues e Marylza de Paiva Ultra.

A Associação também criou o Conselho de Aposentados, formado por 15 magistrados. Os conselheiros se reuniram diversas vezes, por videoconferência, para debater temas de interesse da categoria, como questões remuneratórias, previdenciárias e de saúde.

Um dos principais pontos discutidos foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/2007, que preconiza a extinção da contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados. As associações de magistrados conversam com os parlamentares sobre a PEC, que aguarda ser pautada no plenário da Câmara dos Deputados desde 2018.

Em junho de 2021, a AMAERJ pediu ao TJ-RJ que o recadastramento anual bancário de aposentados e pensionistas fosse realizado pela internet, em razão da pandemia. Dias depois, o Tribunal suspendeu o procedimento de prova de vida presencial.

A Associação entregou por e-mail os comprovantes de rendimentos dos aposentados e pensionistas que optaram por receber diretamente da AMAERJ. Portadores autorizados também puderam receber a documentação na sede da entidade.

Antes da pandemia, no início de 2020, a Associação participou do tradicional almoço dos aposentados e presenteou os aniversariantes com garrafas de vinhos. O reencontro presencial de magistrados inativos foi promovido pela AMAERJ, com um brunch, em novembro de 2021.

Ao longo do ano, a AMAERJ produziu informativo especial impresso destinado aos colegas aposentados.

30 ANOS DA AMAERJ

A AMAERJ completou 30 anos de fundação em 2021. Para celebrar a data histórica, a Associação criou uma medalha com o propósito de homenagear magistrados que contribuíram para o movimento associativo e o Poder Judiciário.

Receberam a Medalha AMAERJ os desembargadores aposentados Thiago Ribas Filho, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho e Roberto Felinto, ex-presidentes da AMAERJ; o ministro Luis Felipe Salomão, do STJ e que também presidiu a AMAERJ; o desembargador Aluisio Mendes, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2); e a juíza Renata Gil, primeira mulher a comandar a AMAERJ e a AMB.

A indicação dos homenageados foi feita pelos associados. Na solenidade de outorga da medalha, os magistrados se disseram honrados em receber a distinção.

Ao longo do ano, a Associação lançou a série "AMAERJ 30 Anos", composta por dez filmes que contaram a história da instituição sob a ótica de seus ex-presidentes vivos: o ministro Luis Felipe Salomão, os desembargadores Thiago Ribas Filho, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, Fernando Cabral, José de Magalhães Peres, Cláudio Dell'Orto, Roberto Felinto e Antonio Cesar Siqueira; e os juízes Rossidélio Lopes da Fonte e Renata Gil.

Os vídeos com as entrevistas dos magistrados foram veiculados no site e nas mídias sociais da AMAERJ.

HOMENAGENS A MAGISTRADOS

AMAERJ | 14 de janeiro de 2022 11:44

AMAERJ parabeniza juízes do 46º Concurso pelos sete anos de Magistratura

Em trabalho de pesquisa no TJ-RJ, a AMAERJ resgatou as datas de posse e os nomes dos magistrados aprovados nos Concursos para Ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro. Como homenagem, a cada aniversário, a Associação parabeniza os juízes e desembargadores pela dedicação ao Judiciário fluminense.

Em novembro de 2021, o retrato da juíza Renata Gil, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, foi inaugurado na Galeria dos Ex-Presidentes da AMAERJ. Líder da entidade estadual de 2016 a 2019, ela foi a primeira mulher a presidir a AMAERJ e a AMB. Magistrados, parentes e amigos prestigiaram a cerimônia.

A Associação solicitou ao CNJ o desenvolvimento de solução tecnológica que permita aos magistrados, usuários do sistema PJe (Processo Judicial eletrônico), a identificação dos precedentes judiciais de modo otimizado e simples. No pedido, apresentado em setembro de 2020, a AMAERJ ressaltou a inexistência no PJe de ferramenta que atenda à necessidade contemporânea dos magistrados quanto à identificação, com facilidade, de processos sobre temas afetados por decisões dos tribunais em julgamento de casos repetitivos.

O plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) julgou, por maioria, que o teto constitucional incide sobre a cumulação de proventos e pensão. Para a AMAERJ, a decisão afetou, com gravidade, a Magistratura e os servidores públicos. A pedido da Associação fluminense, a AMB requereu à PGR (Procuradoria-Geral da República) a interposição de embargos de declaração para superar as omissões e obscuridades presentes na decisão.

O tema foi levado à discussão na AMAERJ pela diretora de Assistência e Previdência, desembargadora Regina Lúcia Passos. Para analisar a decisão do STF, a Associação acionou sua consultoria jurídica de assuntos previdenciários. Após estudos aprofundados, as especialistas Vanice Valle e Mariana Souza, do escritório PVS Advogados, elaboraram a argumentação da AMAERJ, encaminhada pela AMB à PGR.

Em Brasília, a AMB foi grande parceira da AMAERJ. Logo no início da gestão, Felipe Gonçalves e Ricardo Alberto Pereira se reuniram com a presidente da AMB e ex-presidente da AMAERJ, Renata Gil, para tratar do Projeto de Lei do Extrateto (PL 7.726/2016), do Pacote Anticrime e do juiz das garantias.

Felipe Gonçalves e diretores da AMAERJ participaram de todas as reuniões do Conselho de Representantes e das Coordenadoria da Justiça Estadual e de Aposentados da AMB. Nos encontros foram definidas as estratégias de atuação das entidades em temas como permuta entre magistrados estaduais, eleições diretas nos tribunais, Valorização por Tempo da Magistratura (VTM), Previdência nos Estados, movimentação de magistrados, auxílio-saúde, trabalho remoto, uso de videoconferência nas audiências, equalização da força de trabalho entre 1º e 2º graus, Código de Processo Penal (CPP), Reforma Administrativa, uso das redes sociais, Justiça eleitoral e prazo de afastamento de juízes em disponibilidade.

Em julho de 2021, a AMAERJ requereu ao STF ingresso como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.930. Proposta pela AMB e pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), a ADI questionou dispositivos da Lei Complementar (LC) 178/2021, que fere a autonomia financeira do Poder Judiciário e do Ministério Público. Para as associações, o impacto da norma inviabiliza o regular funcionamento das instituições e o pagamento de servidores, magistrados e membros do Ministério Público.

No fim do ano, a AMAERJ e a AMB apoiaram a indicação do desembargador Mauro Martins, do TJ-RJ, para o CNJ. Os dirigentes associativos acompanharam o desembargador em reuniões com senadores, a sabatina e as votações no Parlamento. Aprovado, Mauro Martins tomou posse como conselheiro em dezembro, em cerimônia que reuniu 15 magistrados do Rio na capital federal.

LEGISLATIVO

A AMAERJ contratou, em 2020, consultoria legislativa estadual para o acompanhamento permanente das pautas de interesse da Magistratura na Alerj. A Associação já contava com assessoria legislativa no Congresso Federal, em Brasília. As consultorias produziram relatórios semanais sobre a tramitação dos projetos e auxiliaram no contato direto com os parlamentares.

Ao longo do biênio, os dirigentes da AMAERJ se reuniram diversas vezes com deputados estaduais e federais e senadores para tratar das pautas de interesse da Magistratura, em defesa da autonomia e da independência do Judiciário.

Em setembro de 2021, o intenso trabalho das associações na Câmara resultou na exclusão da Magistratura do relatório da Reforma Administrativa, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020. O presidente Felipe Gonçalves e líderes associativos destacaram aos parlamentares que a inclusão do Judiciário na proposta era inconstitucional. A PEC ainda não foi votada.

No mesmo período, a AMAERJ participou de reunião com o deputado federal Evandro Roman (Patriota-PR), relator da PEC 187/2012, que trata das eleições diretas nos tribunais. No encontro, promovido pela AMB, o parlamentar se comprometeu a levar ao plenário a PEC, que já tramitou por todas as comissões da Câmara. Os dirigentes associativos também externaram a outros deputados a importância da democratização interna do Judiciário.

A AMAERJ atuou, ainda, em projetos como a PEC Emergencial (186/2019), a PEC da Regra de Ouro (438/2018) e o PL do Extrateto (6.726/2016).

No Rio, a Associação encaminhou à presidência da Assembleia Legislativa nota técnica relativa às propostas de emenda à Constituição Estadual a respeito do repasse das cotas duodecimais e dos fundos especiais. A AMAERJ ressaltou que os projetos, de autoria do deputado Renan Ferreirinha (PSB), eram flagrantemente inconstitucionais.

Uma das PECs previa que o saldo financeiro dos duodécimos deveria ser restituído ao Poder Executivo ao final do exercício, não podendo ser destinados a fundos. A outra PEC pretendia extinguir os fundos especiais do Tribunal de Justiça, da Escola da Magistratura, da Alerj, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Procuradoria Geral do Estado e do Tribunal de Contas. A Associação defendeu a rejeição das propostas.

VIVIANE VIEIRA DO AMARAL

A AMAERJ e toda a Magistratura ficaram extremamente enlutadas a partir da noite de 24 de dezembro de 2020. A juíza Viviane Vieira do Amaral foi brutalmente assassinada, vítima de feminicídio.

Naquele mesmo dia, o presidente Felipe Gonçalves conversou com o secretário de Polícia Civil do Estado do Rio, delegado Alan Turnowski, e o delegado Pedro Casaes, que esteve no local do crime.

A AMAERJ prestou todo o apoio à família da juíza, com assistência social e emocional. A entidade acompanhou a elaboração do exame pericial do local do crime e atuou pela autorização de cremação do corpo. A Associação auxiliou juridicamente o pedido de concessão da guarda das três filhas da magistrada à avó materna, que foi concedida.

A AMAERJ colocou sua equipe de advogados à disposição para atuar como assistente de acusação na ação criminal e para acompanhar os atos relacionados à guarda e ao pensionamento das crianças.

No início de janeiro de 2021, a AMAERJ e a EMERJ lançaram a campanha "Magistradas contra o Feminicídio". Em vídeos divulgados nas redes sociais, juízas do Rio externaram sua repulsa aos crimes bárbaros que ainda ceifam vidas por questões de gênero na sociedade brasileira.

COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A AMAERJ aderiu à campanha "Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica", organizada pela AMB e pelo CNJ. A Associação divulgou, em junho de 2020, o vídeo "Magistrados por Elas", em que seis magistrados do TJ-RJ fazem um alerta aos agressores de mulheres.

Nas redes sociais, a AMAERJ publicou fotos de dezenas de juízes e desembargadores do Estado com o símbolo da campanha, um "X" vermelho na palma da mão. O objetivo foi incentivar as denúncias a partir do gesto.

Em fevereiro de 2021, após articulação da AMAERJ, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto de lei que instituiu o Programa de Cooperação e o Código Sinal Vermelho no Rio. A Associação atuou junto aos deputados para ampliar o combate e a prevenção à violência contra a mulher. As diretoras Juliana Cardoso e Flávia Melo Balieiro lideraram as tratativas na Alerj. A lei entrou em vigor em março.

A AMAERJ participou de ato no Corcovado, em agosto, que ressaltou a importância da campanha. À ocasião, as mãos da estátua do Cristo Redentor receberam o “X” vermelho.

Durante a gestão, a Associação firmou parceria com a rede de suporte e apoio às mulheres vítimas de violência da Associação dos Notários e Registradores do Rio de Janeiro (Anoreg Mulher-RJ), apoiou o Pacto de Cooperação pelo Enfrentamento às Violências contra as Mulheres, lançado pela Prefeitura do Rio, sorteou camisas de conscientização e promoveu campanhas de arrecadação de donativos para mulheres vítimas de violência.

SEGURANÇA

O CNJ determinou, em setembro de 2020, que todos os que entrassem no Fórum Regional de Alcântara (São Gonçalo, Região Metropolitana) devem passar por detector de metal. Trata-se da comarca onde atuou a juíza Patrícia Acioli, morta em 2011 por policiais militares. O presidente da AMAERJ, Felipe Gonçalves, e a presidente da AMB, Renata Gil, atuaram diretamente para garantir a permanência da medida de segurança no Fórum.

A Seccional Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) havia questionado o procedimento de segurança. O TJ-RJ defendeu a necessidade de manutenção dos aparelhos, para garantir a integridade de magistrados, servidores e jurisdicionados do fórum. Por maioria, o CNJ julgou improcedente o pedido da OAB-RJ.

Em dezembro de 2021, a AMAERJ promoveu o 4º Treinamento Operacional para Magistrados, na sede do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), da Polícia Militar. Coordenado pelo juiz Richard Robert Fairclough, secretário-geral da AMAERJ, o curso ofereceu a 18 associados treinamento específico técnico e tático para saber como reagir em situações de risco, com instruções de segurança preventiva e de sobrevivência.

PRÊMIO AMAERJ PATRÍCIA ACIOLI DE DIREITOS HUMANOS

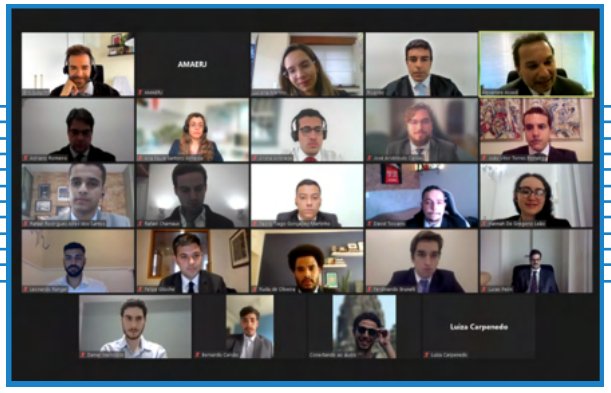
Reconhecido como uma das principais premiações do Brasil, o Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos teve duas edições neste biênio, com temas sobre os reflexos da pandemia e do isolamento social na sociedade e o combate à violência contra a mulher.

A Associação recebeu 553 inscrições advindas de todo o país, nas categorias Trabalhos dos Magistrados, Reportagens Jornalísticas, Trabalhos Acadêmicos e Práticas Humanísticas. Ao todo, 38 pessoas foram laureadas em duas solenidades – uma virtual, em 2020, e outra presencial, em 2021. Autoridades dos três Poderes participaram das cerimônias.

Os troféus Hors Concours foram entregues à biomédica Jaqueline Góes de Jesus, uma das cientistas responsáveis pelo estudo que levou ao sequenciamento genético do coronavírus, e à juíza Viviane Vieira do Amaral (*post-mortem*), vítima de feminicídio em 2020. Os associados foram os responsáveis pelas escolhas em votação online.

Interrompido pela pandemia, o projeto Turma Recursal Simulada voltou em setembro de 2021. Estudantes de Direito participaram de julgamentos fictícios por videoconferência. O programa é organizado pela AMAERJ e pela Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais (COJES), do TJ-RJ.

Criado em 2012, o projeto oferece aos universitários a oportunidade de vivenciar a experiência forense, além de colocar em prática o conhecimento teórico e as técnicas de retórica, persuasão, adequação do fato à norma, postulação em juízo e sustentação oral. Os alunos são selecionados pelas universidades e recebem, com antecedência, processos já concluídos – sem os nomes verdadeiros das partes – e defendem seus "clientes", como advogados. A seguir, os magistrados julgam os casos, com a análise da melhor postulação e fundamentação jurídica.



Em dezembro de 2021, houve a cerimônia de premiação do projeto "O Juiz do Futuro", organizado pela Escola da Magistratura do Estado (EMERJ), com apoio da AMAERJ. O concurso de redação aproximou 71 alunos de escolas públicas do Rio e o Judiciário. Os estudantes dos ensinos fundamental e médio escreveram por que gostariam de ser juízes e por que os magistrados são importantes no Estado Democrático de Direito.

CAMPANHAS

A AMAERJ, a AMATRA1 (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região), a Ajuferjes (Associação dos Juízes Federais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo) e o IAB Nacional (Instituto dos Advogados Brasileiros) organizaram campanha de solidariedade como parte do esforço global de combate à pandemia. Em seis fases, em 2020, a campanha arrecadou R$ 143.319,10.

Com a quantia, foram adquiridos insumos hospitalares, mantimentos, remédios, materiais de proteção e produtos de higiene pessoal. As doações seguiram para o Hospital Universitário Pedro Ernesto (rede estadual de saúde), o Centro Especializado de Atendimento à Mulher Chiquinha Gonzaga e a Patrulha Maria da Penha da PM, além de moradores de rua e entidades da sociedade civil no Estado.

Em 8 de março de 2021, Dia Internacional da Mulher, a AMAERJ lançou campanha de solidariedade e de arrecadação de recursos destinados às mulheres vítimas de violência. A iniciativa resultou na compra de 40 cestas básicas. As doações foram entregues ao Centro de Capacitação de Programas de Prevenção (CCPP). A unidade, responsável pelos projetos preventivos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, encaminhou para as mulheres as cestas com alimentos e produtos de limpeza.

A AMAERJ, a Seccional Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) e a Caixa de Assistência da Advocacia do Estado do Rio de Janeiro (Caarj) promoveram, também, a campanha "Doe um Look". A ação consistiu na doação de roupas para mulheres que sofreram algum tipo de violência.

Em abril, inconformada com o martírio de Henry Borel Medeiros, morto por espancamento aos 4 anos, no Rio, AMAERJ lançou a Campanha contra a Violência Infantil. A marca da iniciativa, divulgada nas redes sociais, foi a foto em preto e branco do apoiador, com as mãos espalmadas, tingidas artificialmente em azul.

O movimento em defesa da criança brasileira recebeu a adesão de mais de 200 magistrados de todo o Brasil, além de profissionais de áreas diversas, como médicos, esportistas, advogados, psicólogos, biólogos, serventuários, assistentes sociais, professores universitários, cientistas, representantes do Ministério Público e historiadores.

Em outubro, o CNJ decidiu estender a campanha da AMAERJ a todos os tribunais do país. Os TJs passaram a veicular a campanha em suas páginas oficiais e nos mandados judiciais, com o objetivo de informar aos usuários do Sistema de Justiça os canais de comunicação para a proteção de crianças e de adolescentes.

ENCONTROS VIRTUAIS

Prática que ganhou o mundo na pandemia, as lives (transmissões ao vivo pela internet) chegaram ao universo do Direito. A Associação organizou encontros virtuais com magistrados sobre temas como violência doméstica durante o isolamento social, audiências na pandemia, mediação e regime jurídico emergencial. A AMAERJ Live foi transmitida no site, Youtube e Instagram da entidade.

A Associação divulgou dezenas de webinários sobre Direito organizados por magistrados e instituições. A Agenda de Lives, área criada no site da AMAERJ, contemplou a lista de debates pela internet.

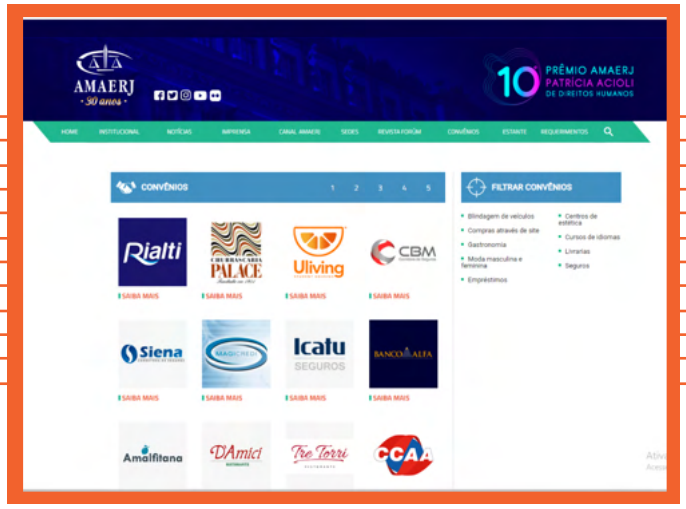
EVENTOS

A área de eventos ficou prejudicada por causa da pandemia. Nos dois anos, a Associação realizou sorteios para os associados. Foram distribuídas passagem aérea e hospedagem para o 8º Fonajup (Fórum Nacional de Justiça Protetiva), o 26º Fonajuv (Fórum Nacional de Justiça Juvenil) e a Reunião do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude, realizados em Maceió; inscrições e hospedagens para a 9º edição dos Jogos Nacionais da Magistratura, em Aracaju; inscrições no 7º e no 8º Simpósio Internacional de Direito Consinter, das Universidades de Barcelona e Complutense de Madri (Espanha).

A AMAERJ participou da organização do 4º Foeji-RJ (Fórum Estadual de Juízes da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro) e do 2º Congresso Mundial de Direito Ambiental, organizado pela Comissão Mundial de Direito Ambiental da IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza, em tradução livre).

No fim de 2021, o Happy Hour da AMAERJ reuniu 180 magistrados e convidados no Xian Rooftop, na cobertura do Bossa Nova Mall. Na noite de congraçamento da Magistratura fluminense, foi sorteada hospedagem na Pousada Infinito, em Maringá de Minas (MG). O evento teve show da Banda BR80 e do DJ Fábio.

CONVÊNIOS



A AMAERJ tem convênios com 67 empresas de diversas áreas, que garantem descontos exclusivos aos associados. A lista completa pode ser conferida no site da AMAERJ e na revista Fórum.

SEDES RECREATIVAS

Por causa da pandemia, a AMAERJ fechou temporariamente as Sedes Campestre, em Vargem Grande (Zona Oeste do Rio), e Praiana, em São Pedro da Aldeia (cidade na Região dos Lagos). Foi mantida apenas a presença dos funcionários estritamente necessários à manutenção dos espaços.

No período, a AMAERJ realizou obras de manutenção da infraestrutura dos dois espaços. Na Sede Praiana, foram recuperados seis banheiros que apresentavam infiltrações e vazamentos em tubulações. Também houve a realização de serviços de pinturas dos ambientes e a recuperação de paredes em apartamentos. A AMAERJ solicitou à Prolagos, concessionária de serviços públicos de água e esgoto na Região dos Lagos, o conserto da rede de esgoto danificada em frente à sede.

Na Campestre, revitalizou-se o parque infantil, a piscina, o deque, as quadras e o castelo de água. Os ambientes recreativos foram modernizados, com a instalação de novas mesas, cadeiras e sofá no deque e espreguiçadeiras, mesas, cadeiras e ombrelones em volta da piscina. Todos os brinquedos do parquinho foram trocados. As quadras poliesportiva e de tênis também passaram por reformas. Foram instaladas novas mesas de pingue-pongue e totó.

As duas sedes foram reabertas aos associados em agosto de 2020, com o devido respeito aos protocolos sanitários de prevenção. Ao longo de 2021, a AMAERJ e a AMB realizaram sorteios de hospedagens para os associados.

ESPORTE

Com a suspensão das competições em decorrência da pandemia, as atividades esportivas só foram retomadas no segundo semestre de 2021. Campeões de diversas gerações do futebol da AMAERJ se reuniram em setembro na Sede Campestre para comemorar o 25º aniversário da primeira conquista do Campeonato Nacional de Futebol da AMB.

Alguns jogadores estiveram presentes, como o ministro Marco Aurélio Bellizze, do STJ; o presidente do TJ-RJ, Henrique Figueira; e os desembargadores Jayme Boente, Marcus Basílio, Antonio Siqueira, Fernando Almeida, Celso Silva, Álvaro Moreira, Sérgio Ricardo, Paulo Prestes, Custódio Tostes e Marcos Alcino.

A AMAERJ firmou parceria com a Mútua dos Magistrados para incentivar a atividade física e realizar eventos esportivos. Em novembro, milhares de atletas participaram da Maratona do Rio. Entre eles, 15 magistrados do TJ-RJ competiram nas provas de 5km e 10km. No Aterro do Flamengo, local da largada e da chegada, os 14 juízes e um desembargador encontraram suporte na tenda montada pela Mútua, com apoio da AMAERJ.

Naquele mês, 19 magistrados e amigos participaram da primeira edição do Amatour, evento da Associação voltado aos ciclistas. Na atividade, que teve o suporte da Mútua, os atletas subiram o morro do Corcovado.

Em dezembro, em campanha irretocável, a AMAERJ venceu o Torneio Sul-brasileiro de Confraternização entre Magistrados (categoria Livre/Master), em Florianópolis. Em três jogos, o time dos juízes do Rio marcou dez gols e sofreu apenas um.

A conquista do título veio na vitória por 2 a 0 sobre a Associação do Rio Grande do Sul (Ajuris). A competição marcou a estreia dos novos uniformes da AMAERJ, patrocinados pela Cooperativa de Crédito dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Magicredi).

O diretor de Desportos da AMAERJ, Ricardo Starling, participou da reunião da AMB que definiu o calendário esportivo de 2022. A entidade fluminense auxiliará os associados na preparação para a 9ª edição dos Jogos Nacionais da Magistratura, marcada para acontecer em agosto em Aracaju.

COMUNICAÇÃO

Além das publicações sobre o trabalho do Judiciário durante a pandemia, a Assessoria de Comunicação da AMAERJ divulgou nas plataformas da entidade (site, redes sociais, boletim diário, revista Fórum e informativo dos aposentados e pensionistas) as ações e notas oficiais da entidade, informações de interesse da classe e decisões, iniciativas, livros e artigos de magistrados.

Nas eleições da AMAERJ e do TJ-RJ, a Associação divulgou entrevistas especiais com os candidatos e o resultado das votações em primeira mão.

Em 2020, o site da AMAERJ e a revista Fórum ganharam novos layout e projeto gráfico. A reforma das páginas, mais modernas e arejadas, foi projetada com o objetivo de facilitar o acesso do associado às informações e aos conteúdos da Associação.

Os associados puderam participar no site da enquete sobre a unificação de entrâncias, lançada pela AMAERJ em dezembro de 2021. Dos 243 magistrados que votaram, 203 (83,5%) disseram ser a favor da unificação e 40 (16,5%), contra.

No biênio, foram publicadas cerca de 3.000 reportagens no site, que recebeu 480 mil visitas. Nas mídias sociais, onde são divulgados cards e notícias, a AMAERJ chegou a 19 mil seguidores no Instagram, Facebook, Twitter e YouTube.

AMAERJ NA MÍDIA

A posse da diretoria da AMAERJ, em fevereiro de 2020, foi tema de reportagens em telejornais da RecordTV e nos sites "O Globo", "Estadão", "G1" e "Terra". Antes da cerimônia, foram publicadas notas sobre a posse na Coluna do Ancelmo, do jornal "O Globo", e no site Consultor Jurídico. Em entrevistas, o presidente Felipe Gonçalves defendeu as prerrogativas e a independência da Magistratura.

A campanha de solidariedade organizada pela AMAERJ e mais três entidades representativas de magistrados e advogados foi amplamente divulgada na imprensa. Felipe Gonçalves falou sobre a iniciativa à TV Globo. As entrevistas foram exibidas nos telejornais "Bom Dia Rio", "RJ1" e "RJ2". Também noticiaram a campanha os jornais "O Globo" e "O Dia", os sites "G1", "Valor" e "The Intercept Brasil" e as rádios Tupi e Radioagência Nacional, da EBC (Empresa Brasil de Comunicação).

ESTADÃO

Política

Mundo novo

Felipe Carvalho Gonçalves da Silva e Teresa de Andrade Castro Neves*

16 de abril de 2020 | 05h00

O aumento da produtividade de magistrados e servidores durante a pandemia foi ressaltado no artigo "Mundo novo", publicado no site do jornal "O Estado de S. Paulo" em abril de 2020. No texto, Felipe Gonçalves e a 1ª vice-presidente, Teresa Castro Neves, fizeram um balanço das medidas tomadas pelo TJ-RJ, das mudanças drásticas na forma de trabalho e projetaram o benéfico legado para a Justiça.

Em artigo publicado quatro meses depois no site do jornal "O Globo", Gonçalves e Teresa ressaltaram o profissionalismo, a eficiência e a dedicação dos magistrados e servidores do Tribunal do Rio durante a pandemia. Eles exaltaram a rápida adaptação ao trabalho remoto e a alta produtividadedo TJ-RJ.

As edições do Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos repercutiram na mídia. Telejornais da TV Globo e da TV Justiça, os portais jornalísticos "G1", "Folha de S.Paulo", "UOL", "ConJur", "Jota", "Migalhas" e "O Fluminense" e a Rádio Roquette Pinto divulgaram extensas reportagens sobre a premiação.

À TV Brasil, Felipe Gonçalves falou sobre a juíza Patrícia Acioli e como o assassinato da magistrada impactou na segurança dos juízes. Em reportagem da "Folha de S.Paulo", o presidente da AMAERJ tratou da judicialização das políticas estaduais de segurança pública.

FINANCEIRO

Uma das principais ações no biênio foi a gestão financeira responsável. O saldo da AMAERJ subiu de R$ 1.165.255,16, em janeiro de 2020, para R$ 2.478.124,20, em outubro de 2021 – crescimento de 112%.

O presidente Felipe Gonçalves prestou contas aos associados em novembro de 2021. Publicado no site da entidade, o relatório foi aprovado pelos magistrados em reunião híbrida. A próxima diretoria assumirá a Associação com contas saudáveis.

AMAERJ 2020-2021

DIRETORIA EXECUTIVA
PRESIDENTE: Felipe Carvalho Gonçalves da Silva
1º VICE-PRESIDENTE: Teresa de Andrade Castro Neves
2º VICE-PRESIDENTE: Antônio Aurélio Abi Ramia Duarte
SECRETÁRIO-GERAL: Richard Robert Fairclough
1º SECRETÁRIO: Marcia Alves Succi
2º SECRETÁRIO: Camilla Prado
1º TESOUREIRO: João Felipe Nunes Ferreira Mourão
2º TESOUREIRO: Felipe Pinelli Pedalino Costa

DIRETORES-ADJUNTOS:
Rodrigo Moreira Alves
José Alfredo Soares Savedra
Wycliffe de Melo Couto
Fabiano Reis dos Santos
Flávia Fernandes de Melo Balieiro Diniz

CONSELHO DELIBERATIVO
PRESIDENTE: Katya Maria de Paula Menezes Monnerat
VICE-PRESIDENTE: Ricardo Alberto Pereira
SECRETÁRIO: Eunice Bitencourt Haddad

MEMBROS EFETIVOS:
1) Marco Aurélio Bezerra de Melo
2) Alessandra de Araújo Bilac Moreira Pinto
3) Gustavo Henrique Nascimento Silva
4) Simone de Araújo Rolim
5) Luciana da Cunha Martins Oliveira
6) Bruno Monteiro Rulière
7) Luiz Alfredo Carvalho Junior
8) Guilherme Schilling Pollo Duarte

MEMBROS SUPLENTES:
1) Rita de Cássia Vergette Correia Aidar
2) Marcus Quaresma Ferraz
3) Juliana Bessa Ferraz Krykhtine
4) Rubens Soares Sá Viana Junior
5) Gabriel Stagi Hossmann

AMAERJ
2020-2021

DEPARTAMENTOS

CULTURAL
Fabio Dutra

DESPORTOS
Ricardo Coimbra da Silva Starling Barcellos

SOCIAL E COMUNICAÇÃO
Rosana Albuquerque França

ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA
Regina Lúcia Passos

SEDE PRAIANA (SÃO PEDRO D'ALDEIA)
Maurilio Teixeira de Mello Junior

SEDE CAMPESTRE (VARGEM GRANDE)
Glauber Bitencourt Soares da Costa

INFORMÁTICA E MODERNIZAÇÃO
Criscia Curty de Freitas Lopes

DEFESA DE PRERROGATIVAS E DIREITOS DOS MAGISTRADOS
Antônio Augusto Gonçalves Balieiro Diniz

SEGURANÇA DO MAGISTRADO
Alexandre Abrahão Dias Teixeira
Ronald Pietre
Antônio Alves Cardoso Junior

ACOMPANHAMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS E TURMAS RECURSAIS
Alberto Republicano de Macedo Junior
Milton Delgado Soares
Rudi Baldi Loewenkron
Eduardo José da Silva Barbosa

AMAERJ 2020-2021

ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO À MULHER E DAS VARAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
Luís Gustavo Vasques
Juliana Cardoso Monteiro de Barros

ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO E QUESTÕES REMUNERATÓRIAS
Octávio Chagas de Araújo Teixeira
Ralph Machado Manhães Junior

ACOMPANHAMENTO DAS VARAS CÍVEIS/ÓRFÃOS E SUCESSÕES/FAZENDA PÚBLICA/EMPRESARIAIS/DE FAMÍLIA
Leonardo Cardoso e Silva
Cláudio Augusto Annuza Ferreira
Cristiana Aparecida de Souza Santos
Ricardo Pinheiro Machado
Denise de Araújo Capiberibe

APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL
Flávio Silveira Quaresma

INTERIORIZAÇÃO/ REGIONAIS
Fernando Luís Gonçalves de Moraes
Eduardo Buzzinari Ribeiro de Sá
Ivan Pereira Mirancos Junior

RECEPÇÃO DE NOVOS MAGISTRADOS
Diego Ziemiecki
Rafael Azevedo Ribeiro Alves
Flavio de Almeida Souza Batista
Camila Rocha Guerin
Priscilla Macuco Ferreira
Eron Simas dos Santos

ACOMPANHAMENTO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS
Rafael Estrela Nóbrega
Juliana Benevides de Barros Araújo
Ana Paula Abreu Filgueiras

AMAERJ 2020-2021

ACOMPANHAMENTO DAS VARAS CRIMINAIS
Aylton Cardoso Vasconcellos
Orlando Eliazaro Feitosa

ACOMPANHAMENTO DOS JUÍZES REGIONAIS E SUBSTITUTOS
Eduardo Mendes Satte Alam Gonçalves
Gabriel Almeida Matos de Carvalho
Simone de Faria Ferraz
André Luiz Duarte Coelho

DIREITOS HUMANOS E PROTEÇÃO INTEGRAL
Daniel Konder de Almeida
Vanessa de Oliveira Cavalieri
Raquel Santos Pereira Chrispino
Lorena Paola Nunes Boccia
Ingrid Carvalho de Vasconcellos

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
Adriana Marques dos Santos Laia Franco
Roberta dos Santos Braga Costa
Adriana Costa dos Santos

DEPARTAMENTO DE APOSENTADOS
DIRETOR: Roberto Luis Felinto de Oliveira
CONSELHEIROS:
Antonio Augusto Chaves de Meireles
Eunice Ferreira Caldas
Fernando Marques de Campos Cabral
Indio Brasileiro da Rocha
Joel Pereira dos Santos
Maria Elisa Peixoto Lubanco
Newton Paulo Azeredo da Silveira
Nilton Ramos Dantas Santos
Paulo Maurício Pereira
Ricardo Silva de Bustamante
Roberto Guimarães
Ronald dos Santos Valladares
Ruyz Athayde Alcântara de Carvalho
Thiago Ribas Filho

AMAERJ 2020-2021

DEPARTAMENTO DE PENSIONISTAS
Patrícia Khaddour Pinheiro
Alda Guariento Rodrigues
Marylza de Paiva Ultra

CONVÊNIOS
Natascha Maculan Adum Dazzi

ESTUDOS E PESQUISAS
César Felipe Cury
Fernando Cerqueira Chagas

CONSELHEIROS
Daniel Vianna Vargas
Wilson Marcelo Kozlowski Junior
Francisco Emílio de Carvalho Posada
Patrícia Rodriguez Whately
Anderson de Paiva Gabriel
Fábio Costa Soares
Gustavo Gomes Kalil
Vitor Moreira Lima
Isabel Teresa Pinto Coelho Diniz
Leonardo Cajueiro D'Azevedo
Leopoldo Heitor de Andrade Mendes Junior

Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro

www.amaerj.org.br

www.facebook.com/amaerj

www.twitter.com/amaerj

@amaerj

www.youtube.com/amaerj

(21) 3133-2315

(21) 98440-4260

ascom@amaerj.org.br

Rua Dom Manuel, nº 29, 1° andar, Centro do Rio de Janeiro